Censo Agropecuário

Classificação por classe de renda

COM BASE no Censo Agropecuário de 2006, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a pesquisa "Os Perfis das Classes de Renda Rural no Brasil", desenvolvida pelos pesquisadores Mauro Lopes, Ignez Vidigal Lopes, Daniela de Paula Rocha, Rafael de Castro Bomfim, do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas, identificou três classes de renda no meio rural.

O estudo analisa fatores importantes para a formulação das políticas públicas voltadas para a produção agropecuária. A agricultura é entendida como atividade dinâmica, em constante processo de transformação, sujeita, dentre outras variáveis, às oscilações de preço, mercado e clima. Assim, além das diferenças entre as classes de renda do campo, os agricultores foram também escalados em grupos em transição e em dificuldades.

Apesar de representar a grande parte dos agricultores, as classes D/E respondem por uma pequena parcela do Valor Bruto da Produção, com renda líquida média mensal quase cinco vezes menor que os agricultores das classes A e B. Nas regiões Norte e Nordeste, a diferença entre a renda líquida das classes A/B e das classes D/E é mais acentuada.

Existem casos interessantes em que as atividades desenvolvidas entre os pequenos e grandes produtores rurais são complementares. As classes rurais D/E são grandes consumidoras de milho e soja, empregados para alimentar a criação de aves e suínos. Para isso, dependem dos grandes produtores de larga escala, que oferecem esses produtos a preços mais competitivos.

Para as classes A/B e C, todas bem vulneráveis aos preços dos insumos importados, existe certa adequação no foco tecnológico das políticas públicas. Ocorre uma relação direta entre os gastos realizados com a aquisição de insumos e as classes de renda líquida. O aprimoramento tecnológico constitui um dos principais pontos de influência na transição das classes D/E para a classe C e destas para a classe A/B.

Uma das constatações apuradas é a existência de uma classe média rural que usa tecnologia e emprega mão de obra. A classe C agrícola se enquadra no grupo em transição, pois é profissionalizada, tendo como renda principal a atividade rural, porém, dependente das políticas públicas. Com defasagem muito grande em relação ao rendimento das classes A/B, para a classe C o apoio governamental é crucial.

O emprego da mão de obra familiar não varia entre as classes A/B e C, mas é inferior na D/E. A mão de obra permanente e temporária é bem maior nas classes A/B, ficando em patamares próximos na C e D/E.

No caso das classes D/E, no entanto, há sérias dúvidas se a política agrícola pode contribuir para o contingente mais pobre. A sua composição da renda é diferente: as aposentadorias, as pensões e os programas governamentais de transferência de renda são responsáveis por 52% da remuneração total. São essas fontes que mantêm a população no campo e evitam a migração para as já saturadas metrópoles brasileiras.

Entre as principais fontes de financiamento da agricultura, os empréstimos estão concentrados nas classes A/B. Os créditos concedidos pelas *traders* e pelas empresas integradoras são superiores em todas as classes de renda.

A questão do endividamento rural, que na região Nordeste perfaz R$ 14 bilhões, enquanto no restante do País totaliza R$ 18 bilhões, requer uma visão especial do ponto de vista da classe de renda do produtor. Aproximadamente, 49% dos pequenos agricultores das classes D e E, de renda menor, estão no Nordeste. ■

Valor da renda líquida mensal e participação das classes no número e na área de estabelecimentos

Classe	Renda líquida (*)	Número de estabelecimentos		Área (hectare)	
A/B	Acima de R$ 4.083	300.963	5,8%	128.420.746	38,5%
C	R$ 947 e R$ 4.083	796.173	15,4%	60.332.029	18,1%
D/E	Inferior a R$ 947	3.645.344	70,4%	109.940.992	32,9%
Não informantes	-	433.156	8,4%	34.986.270	10,5%
Total	-	5.175.636	100,0%	333.680.037	100,0%

* Valor líquido da produção subtraído do gasto de custeio e acrescido dos benefícios obtidos com aposentadorias e pensões, trabalhos fora dos estabelecimentos e as transferências governamentais.

Composição do valor da produção por classe (%)

Produto	A/B	C	D/E	Total
Lavouras e silvicultura	71,2	57,3	50,4	67,7
Pecuária	24,9	37,1	42,2	27,9
Outros	3,9	5,6	7,4	2,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Participação das classes nos volumes produzidos (%)

PRODUTO	A/B	C	D/E	TOTAL
Lavoura	83,0	11,0	6,0	100,0
Pecuária	70,0	18,0	12,0	100,0
Grãos	80,0	13,0	7,0	100,0
Horticultura	70,0	19,0	11,0	100,0
Mandioca	66,0	19,0	15,0	100,0
Batata	84,0	11,0	5,0	100,0
Café em coco	73,0	19,0	8,0	100,0
Fruticultura	85,0	10,0	5,0	100,0
Fumo	28,0	56,0	16,0	100,0
Total	78,8	13,6	7,6	100,0

Participação no valor dos produtos (%)

Produto	A/B	C	D/E	Total
Arroz em casca	81,0	12,0	7,0	100,0
Feijão	57,0	23,0	20,0	100,0
Milho	74,0	16,0	10,0	100,0
Soja	86,0	10,0	4,0	100,0
Trigo	80,0	15,0	5,0	100,0
Cana-de-açúcar	96,8	2,2	1,0,	100,0
Algodão	99,3	0,4	0,3	100,0
Laranja	89,8	7,5	2,7	100,0
Bovinos	74,0	17,0	9,0	100,0
Leite	34,0	39,0	27,0	100,0
Suínos	83,0	10,0	7,0	100,0
Aves	87,0	7,0	6,0	100,0

Despesas com insumos em cada classe (%)

Especificação	A/B	C	D/E	Total
Adubos	41,0	31,0	24,0	100,0
Agroquímicos	30,0	23,0	12,0	100,0
Sal e rações	14,0	25,0	23,0	100,0
Medicamentos	4,0	9,0	27,0	100,0
Outros	11,0	12,0	14,0	100,0

Número médio de trabalhadores por classe

Tipo de mão de obra	A/B	C	D/E
Familiar	3,0	3,0	2,0
Permanente	8,0	2,0	2,0
Temporária	13,0	5,0	4,0

Participação das fontes de renda por classe (%)

Fonte	A/B	C	D/E
Valor líquido da produção	94	73	30
Aposentadoria, pensão etc.	1	13	52
Salários fora da propriedade	4	12	16
Outras fontes de renda	1	2	2

Fontes de financiamento (valores médios em R$)

Especificação	A/B	C	D/E
Bancos	130.654	12.047	5.343
Cooperativas de crédito	54.786	10.599	5.880
Comerciantes de matérias-primas	357.145	21.198	9.102
Empresas integradoras	292.021	18.242	21.020